

Resenha de

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

OS SENTIDOS DO PODER/SABER DIZER

THE MEANING OF CAN/ BE ABLE TO SPEAK

Edna Sousa Cruz*

A pergunta trazida no título do livro *Pode o Subalterno Falar?* da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak traz em seu bojo algumas ambiguidades, possivelmente propositais. Ao analisarmos o título original em inglês – *Can the Subaltern Speak?* – observamos que a autora, ao usar *can* e não *may*, deixa ao leitor a livre inferência sobre o sentido do verbo modal *can*: queria ela perguntar se o subalterno pode (no sentido de permissão) falar? Ou se esse subalterno pode no sentido de saber, ser capaz de falar? E mais, estaria ela surpresa ante a possibilidade de um subalterno falar?

A tradução para o português dessa pergunta não nos leva a tantas outras, mas o título original da mesma leva o leitor a enveredar por um labirinto à procura de pistas sobre a intenção da autora, as intenções do livro.

A tarefa de se fazer entender através da língua do “outro” é um desafio que a escritora indiana deixa claro já desde o prefácio do seu livro, apresentado por Almeida. Tal tarefa segundo a autora é mais árdua para o tradutor, o qual “tem por ofício o papel desconcertante de fazer falar o texto de outrem, em um constante processo de adiamentos, aproximações e, sobretudo, negociações” (p.9).

Ao ler esse pequeno mas, complexo volume, entende-se porque tais negociações de sentido se fazem necessárias. Ao longo do texto a autora, utilizando-se de vocábulos da língua inglesa e alemã, busca aproximar-se do sentido atribuído à palavra representação nos contextos político, econômico e social tanto para quem re-**presenta**, como para os que são re-

* Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Tocantins; professora de Literatura Inglesa na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

presentados, bem como a questão da consciência e da conscientização da resistência da/na subalternidade.

Aqui se posta um dos objetivos da obra: re-discutir as implicações da representação do sujeito do denominado Terceiro Mundo na conjuntura do discurso ocidental(-izado). Assumindo uma postura firme e corajosa, a autora chama para si e para os demais intelectuais pós-coloniais, a responsabilidade, de combater a subalternidade. No seu entender, tal ação se efetiva não falando pelo, mas criando mecanismo para que o subalterno se articule e seja ouvido.

O sujeito subalterno na definição de Spivak é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”(p.12). Avançando no tema, e tendo como ponto nodal a história de uma viúva, duplamente impedida de se auto-representar, primeiro por ser mulher e segundo por sua condição de viuvez, a autora sustenta que esta situação de marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta ao gênero feminino, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”(p.15).

Spivak imprime um caráter transdisciplinar à sua obra ao abordar temas de cunho filosófico, literário, histórico e cultural, à luz das idéias de Foucault, Deleuze, Derrida entre outros. Dos dois primeiros a autora critica a postura distanciada das questões ideológicas e suas implicações na história, economia e circuito intelectual, enquanto que do último, Derrida, ela vê como positivo seu envolvimento mais direto (que Foucault) nos assuntos políticos e as críticas ao risco de apropriar-se do Outro por assimilação.

Outro ponto amplamente discutido na primeira parte da obra pela autora, refere-se à violência epistêmica, cuja tática de neutralização do Outro, seja ele subalterno ou colonizado consiste em invisibilizá-lo, expropriando-o de qualquer possibilidade de representação, silenciando-o.

Este silêncio, que por muitos é “relegado a uma posição secundária [...] como resto de linguagem” (ORLANDI, 2002, p. 12) para Spivak vai configurar-se como silêncio que “liga o não-dizer à história e à ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 12), ou seja, significa, não é margem e tem implicações ruidosas sobre a vida dos sujeitos.

Ao discutir a ideologia do EU-ropeu, a autora questiona as “manobras ocultas por trás da abolição britânica do sacrifício das viúvas” (p. 93) bem como “a imagem do

imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade “ (p.98). Estabelecer as bases para a sobrevivência de uma “boa sociedade” no contexto imperialista implica entre outras medidas “proteger a mulher”, quando conveniente, ou como de costume deixá-la entregue à própria sorte.

No quarto capítulo, ao lançar mais uma vez a pergunta tema e título de sua obra, Spivak fala diretamente à mulher, especialmente à “pobre e negra”(p.85) a qual preenche todos os requisitos que lhe conferem a condição de subalternidade: a da pobreza, a do gênero, a da cor, que fazem com que a mulher negra permaneça “no lugar” demarcado ideologicamente e que lhe foi reservado. Um lugar que não é central mas periférico, não é dentro do, mas fora do círculo. Desse modo, refletindo a situação da subalternidade feminina, a autora chama atenção para a marginalização da mulher no cenário da produção colonial dominado pelo gênero masculino, não obstante seu visível desconforto quanto a posição subalterna que a mulher ocupa, Spivak não aponta caminhos para que a mulher liberte-se do estigma de subordinada.

Em que pese a constatação do poderio masculino no âmbito da produção colonial, a autora sinaliza que refletir sobre a “mudez” feminina não pode restringir-se a uma simples questão idealista, mas configurar-se um exercício de fala e de reposicionamento da mulher no espaço social. Nesse cenário, portanto, silêncio é resistência.

Referências Bibliográficas

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.